

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA****ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA****REALIZADA EM 12 DE OUTUBRO DE 1.978.****QUINTA-FEIRA**

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e José Domingos Scarpelini.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Manoel Gaona, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:****OFÍCIOS:**

Sob os n.ºs 164 e 165/78, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei n.ºs:

**31/78:** Do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros, que declara de utilidade pública o Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Paraná, CEAG/PR., com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.033. — **Agradeça-se.**

**32/78:** Do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros, que autoriza o Poder Executivo denominar "Albino Feijó Sanches", a Unidade Escolar construída no Parque das Indústrias da cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número de 7.034. — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 166/78, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** o Projeto de Lei n.º 181/78, do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que cria no Município de São Pedro do Ivaí, o Distrito Administrativo de Mariza com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica, o qual convertido em lei tomou o número 7.035. — **Agradeça-se.**

**REQUERIMENTOS:****REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná contendo votos de congratulações, alusiva ao Dia do Engenheiro Agrônomo, que hoje se comemora.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1.978.

(a) Lázaro Dumont.

**JUSTIFICATIVA:**

Injusto seria se não nos lembrássemos deste dia, que é àqueles que, por vários anos enfrentaram os bancos escolares, e muitos deles passando sérias dificuldades, para dar um pouco de si ao grande desenvolvimento de nossa agricultura, e também levar aos nossos lavradores, as técnicas necessárias para o grande desenvolvimento não somente no setor agrícola de nosso Estado, mas de todo o Brasil.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, expediente consubstanciado em veemente apelo, no sentido de ser determinado as DASP, o imediato cumprimento da decisão normativa do Tribunal de Contas da União, com relação ao reajustamento dos proventos de inatividade dos servidores amparados pela Lei n.º 1.050/50.

Tal medida que após vários anos de lutas vem ser dirimida pelo egrégio Tribunal de Contas da União, irá beneficiar milhares de servidores inativos da Rede Ferroviária Federal, que desde 1.950 vêm sendo preteridos no reajuste de seus proventos, face ao enquadramento no Plano de Classificação de Cargos, contrariando dispositivos da citada lei. O direito no reajustamento de proventos, agora assegurados através de norma do Tribunal de Contas da União, virá por certo, sanar a flagrante injustiça que vinha sendo cometida pelo DASP a milhares de servidores inativos, que após prestarem sua colaboração durante longos anos em prol do serviço público, estavam sendo preteridos no reajuste de seus proventos assegurados em Lei.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1978.

(a) Erondy Silvério.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e Cultura, solicitando o seu empenho, no sentido de que sejam canalizados para a FECIVEL — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel, os recursos provenientes das taxas de exames psicotécnicos realizados para concessão de Carteiros de Motoristas da região oeste do Paraná, enquanto persistir essa exigência em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1.978.

(a) Fidelcino Tolentino.

**JUSTIFICATIVA:**

Recebemos, da Câmara Municipal de Cascavel, moção de autoria do Vereador Valmor José Beux, solicitando nossa in-

terferência junto às autoridades estaduais, a fim de que parte das taxas de exames psicotécnicos sejam destinadas à FECIVEL — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel.

O pedido é dos mais justos, desde que confirmada a alegação de que somente as Universidades Católica de Curitiba e as três estaduais (Ponta Grossa, Londrina e Maringá), são autorizadas a proceder, e, conseqüentemente, arrecadar os lucros resultantes das taxas cobradas por esse discutido exame.

Por uma questão de equidade, rogamos ao titular da Pasta da Educação, desde que até o presente momento não conseguimos, apesar de várias tentativas, incluir a FECIVEL entre os educandários beneficiados com verbas em orçamentos anuais, seja atendida essa justa reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer expressa manifestação do Plenário, para ser enviado ao Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, pedido de afastamento do TEN. CEL. RAMALHO RODRIGUES AYRES FILHO, do COMANDO DO 3.º BTL, sediado em Pato Branco, tendo em vista uma conduta incompatível com as elevadas responsabilidades da função de comando e por ter aquele militar, no desempenho de tais funções, levado ao descrédito e comprometido o brio da corporação militar, conforme ampla e ilustrada justificativa que apresentamos anexo.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1978.

JUSTIFICATIVA:

Lida em Plenário.

#### PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 169/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE FOZ DO IGUAÇU", com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1.978.

(a) Ivo Thomazoni.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços junto à comunidade de Foz do Iguaçu, granjeando-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei n.º 959 de 07/11/77.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual pertinente à matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 170/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Engenheiro KARLOS RISCHBIETER.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1.978.

(a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

KARLOS RISCHBIETER é hoje um nome de expressão nacional, graças ao seu talento, a sua capacidade de trabalho e seu alto espírito cívico.

Aliando essas três virtudes, raramente coexistentes,

KARLOS RISCHBIETER fez do Paraná o ponto de partida de sua escalada vitoriosa na vida pública brasileira.

Oriundo de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, aqui completou sua formação intelectual e profissional, e em nossa terra se encontrou com seu então promissor destino. O Paraná, "terra de todas as gentes", por sua vez, abriu generosamente seus braços a KARLOS RISCHBIETER, e o acolheu, e o preparou para entregá-lo ao Brasil como mais uma contribuição à galeria dos grandes líderes.

Mas, não renunciou a paternidade, e os paranaenses recusam-se a perdê-lo.

Por isso, desejam que o Poder Público Estadual, mediante norma legal, consagre esse direito inalienável de ter KARLOS RISCHBIETER como um dos seus. E fiel a esse imperativo da vontade coletiva, proponha à alta consideração desta Casa de representantes populares, a concessão do título de cidadania a esse nosso irmão, que tanto orgulho nos tem dado por todos os títulos e serviços prestados ao Paraná e ao Brasil, como demonstra a exuberância do anexo "curriculum vitae".

PROJETO DE LEI N.º 171/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "PREVI CLUBE-CLUBE BENEFICENTE DE PREVIDÊNCIA", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1.978.

(a) Quielise Crisóstomo.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços junto à comunidade não só de nosso Estado, como também de outras unidades da Federação, onde mantém filiais, no campo da previdência privada.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das formalidades legais exigidas pela legislação pertinente à matéria em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos surpresos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com a sugestão apresentada pelo Presidente da ARENA, o Sr. Affonso Alves de Camargo Neto, no sentido de que se suspendam as propagandas através da televisão e do rádio dos candidatos às eleições de 15 de novembro. Primeiro, porque o Sr. Affonso Alves de Camargo Neto não está em condições de fazer sugestões nesse sentido. Ele não é candidato a nada e depois porque nós entendemos que essa sugestão nada mais é do que uma manobra no sentido de se liquidar de uma vez por todas, principalmente com os candidatos com menor recurso para desenvolver a sua campanha.

Este é o sentido da sugestão que nós entendemos, porque o que se vê, é que também esses candidatos com minguados recursos que desenvolve a sua campanha, poucas vezes tem aparecido na propaganda através da televisão, principalmente.

E depois, a pretensão e que nós entendemos, e a experiência que nos leva a dizer e ter esta convicção, é de que, retirando a propaganda eleitoral da televisão, o Governo então virá, como tem feito nas outras vezes e ainda agora, com uma propaganda intensa, mostrando o seu comparecimento em diversos locais do Estado do Paraná, nas inaugurações, inaugurações que se

transformam em comícios políticos.

Essa proposta, esta sugestão, do Sr. Affonso Alves de Camargo Neto, é uma sugestão maquiavélica e não só entendemos que ela tem esse sentido.

A lei que criou o tipo de propaganda que aí está, não foi feita pelo MDB, foi feita pelo Governo que aí está e com os aplausos da ARENA e do Sr. Affonso Alves de Camargo Neto.

Agora ele vem apresentar essa sugestão, porque naturalmente ele está sentindo o fracasso da propaganda dos seus candidatos ou dos candidatos da sua preferência.

Nós não temos nada com o tipo de propaganda que aí está e nem o Sr. Affonso Alves de Camargo Neto tem condições morais para fazer qualquer sugestão, porque ele aplaudiu a Lei Falcão, a lei que criou o tipo de propaganda que aí está.

Portanto, o MDB está apenas aproveitando o tipo de propaganda de que dispõe através dos veículos de comunicação e acho que não vai e não deve retirar mesmo a sua propaganda. Não deve entrar nesse jogo, porque esse jogo é rasteiro. Esse jogo não é sério, esse jogo é de malandros, e nós não seríamos tão ingênuos para aceitar essa sugestão. Sabemos que o povo não está desagradado com a propaganda. Sabemos que o povo tem assistido e tem acompanhado, através da televisão, a propaganda eleitoral, porque ele principalmente, aqueles que são conscientes, que são responsáveis, que precisam conhecer os candidatos, conhecer os seus currículos.

E eles têm que se decidir no dia 15 de novembro por uma forma ou por outra e será através dessa propaganda, que o povo terá melhores condições de se esclarecer, de se informar, para poder decidir como entender melhor.

Era esse, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que nós tínhamos a dizer e dizer também, que hoje nós verificamos declarações do candidato ao Senado da ARENA. Quando ele diz que o MDB contraditório, entendo que contraditório é ele ou o seu Partido, porque ele critica o atual Governo, dizendo que o futuro Governador irá trazer uma nova filosofia administrativa para o Estado do Paraná. Dar uma nova feição, uma nova característica de administração. Quer dizer que essa que está aí, ele entende que não presta, que é uma administração ineficiente. Então, quem é o contraditório? Contraditório é ele. Ele não sabe o que diz e não sabe o que dizer ao povo. Não tem mensagem para o povo e então fica criticando os seus próprios companheiros. E nós do MDB, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos conscientes de que esta campanha será uma campanha que virá ao encontro daquilo que o povo quer. Mudar a situação que aí está, devolvendo ao País, o estado de Direito, o estado de Direito Democrático, porque este é o pensamento de todos.

E isto o que nós queremos e o que nós almejamos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa passagem pela tribuna, nesta manhã, é rápida. Mas o fazemos, Senhores Deputados, para clamar aos companheiros a meditação sobre um assunto de extrema gravidade nacional. Hoje é o Dia da Criança, e o Brasil tem cinco milhões, aproximadamente, de menores necessitando do amparo do poder público. Cinco milhões de crianças abandonadas à própria sorte, com fome, doente, sem roupa, sem calçado, sem escola! Cinco milhões de farrapos humanos habitando um País extenso, de fertilidade de solo incomparável.

Um País, Senhores Deputados, que não tem maremotos, que não tem terremotos, que não tem ciclones! Um País que enfim, não tem cataclismos! Um País que nos últimos quatro anos duplicou a sua produção de alimentos, mas um País que há quatorze anos, apesar de tudo, empobrece quase 4% ao ano.

É a imagem nacional que não justifica absolutamente este estado de coisas. Só há um enfoque: É a incompetência, é a incapacidade de uma política federal de retrocesso. É um Governo, Senhores Deputados, que pode entender muito de quartel e de cavalos, mas que absolutamente nada entende da família brasileira.

Cinco milhões de crianças desalentadas, sofridas, machucadas, abandonadas, forjando agora o bandido, o marginal de amanhã; forjando agora a geração doente, subnutrida, frágil de amanhã. E o Paraná que decanta o partido absoluto, uma administração governamental cheia de obras de concreto, de asfalto, mas que está aí a contemplar mais de trezentas mil crianças necessitando do amparo do poder público. E o Instituto de Assistência ao Menor, diretamente ou indiretamente não chega a atender, a servir, a amparar além de quinze mil menores, 3,4% realmente da monstruosidade, da gravidade do problema.

Isto mostra, Senhores Deputados, que neste País a política do menor, o trabalho em favor do menor por parte do poder público é uma piada, é uma agressão, é um crime, é uma omissão anti-cristã, desumana, cruel, incompreensível!

Hoje, a Legislação Brasileira que disciplina o problema do menor, completa cinquenta e um anos de existência. Cinquenta e um anos de uma lei que permanece como foi criada, sem debate, sem aprimoramento, sem pesquisa sem estudo, sem a participação do poder público deste País, no assunto.

Nesta data, Senhores Deputados, o nosso grito é para que todos nós que temos a responsabilidade de governar, possamos meditar um pouco no assunto maior deste País, que é, efetivamente, o problema do menor carente, do menor abandonado, do menor em processo de delinquência, do menor delinqüente.

E a nossa fé, a nossa esperança, o nosso desejo e o nosso anseio, para que este Governo que se preocupa tanto com sucessão, com eleição, com indicação, em se manter absoluto no governo desta Pátria, possa se preocupar com os assuntos que falam à alma, ao coração, na família brasileira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê: "A massa de propaganda do governo sobre o futuro que não poderá realizar, que nos custa um preço exorbitante, e que não constitui uma alternativa do povo brasileiro, para efeitos políticos e eleitorais acaba criando uma cortina de fumaça sobre as reivindicações nacionais.

Chega a causar a impressão à parcela desavisada da opinião pública de que cessaram as reivindicações das classes e profissões, porque estariam atendidas pelo governo autoritário.

Ao contrário, se o objetivo governista foi esse, não conseguiu os resultados esperados, senão na sua perspectiva eleitoral. As grandes questões econômicas e sociais estão repressadas, abafadas pelo clima eleitoral.

A produção paranaense está num compasso de espera, procurando um espaço para discutir seus graves problemas. Na agricultura, na pecuária, na indústria. Como as classes trabalhadoras e os funcionários estão tolhidos em seus reclamos.

Uma das indústrias mais importantes hoje e que constituiu a espinha dorsal de nosso desenvolvimento nos últimos anos, se encontra em situação difícil: A indústria da madeira dedicada ao ramo de móveis.

Impossibilitada de concorrer agressivamente no mercado internacional, para onde convergem as principais preocupações do governo — que chegou a instituir benefícios nesse sentido e tendo dificuldades no grande mercado interno, que potencialmente se expande mas encontra as medidas financeiras e mone-

tárias restritivas, a indústria moveleira tem hoje uma situação grave.

Em primeiro lugar, o grande mercado brasileiro não está sendo atendido: os fabricantes sofrem pressões para baixar os preços e estender os prazos de pagamento, o que força a deteriorização de qualidade. Os prazos de financiamento ao consumidor são por demais reduzidos, provocando a quebra de consumo.

Em razão da deterioração de qualidade e da feroz concorrência internacional, os fabricantes de móveis perdem sua capacidade competitiva externa, apesar de alguns estímulos oferecidos às exportações.

Reconhecendo a situação de dificuldades do setor, o governo concordou em reduzir a tributação do IPI de 8% para 4%. Segundo o estudioso da questão e que tem participado dessa luta setorial Geraldo Braga, essa redução foi importante, "pois permitiu que as empresas acumulassem créditos junto ao governo. Entretanto, de 55 a 60% dos preços finais, é a participação das matérias primas nesse tipo de indústria, fator muito ponderável na presente situação brasileira, em que as empresas se encontram descapitalizadas. E então ficou essa estranhíssima situação: mercado interno limitado pela política financeira; mercado externo não competitivo devido a menor quantidade de produção e à diminuição de qualidade, e créditos acumulados enquanto as empresas se ressentem de créditos disponíveis, capital de giro e formas de ampliar a produção para atender tanto ao mercado interno quanto ao internacional.

Ora, o governo não pode deixar a situação como se encontra. É preciso encontrar uma solução compensatória desse crédito acumulado, já que não pensa num programa especial envolvendo todo o setor, de forma a injetar-lhe maior dinamismo.

Segundo estudos fornecidos pelo estudioso dessas questões, Sr. Geraldo Braga, e que compartilha as preocupações de nossa indústria moveleira e de tantos trabalhadores que vivem desse setor, as reivindicações empresariais a respeito têm que ser resolvidas ainda agora neste final de ano.

O Paraná, por exemplo, depende muito em sua economia dessa indústria. E não é justo nem aceitável que um período eleitoral se interponha nessas reivindicações que são de todos nós, dilatando prazos de uma exigência econômica e social que se faz apremiada pelas dificuldades.

Creio que esta Casa não negará integral apoio a essa luta de nosso empresariado e formará mesmo comissão para ouvir de viva voz as reivindicações industriais e ajudar no encaminhamento das soluções."

Com isto, Srs. Deputados, pretendia justificar o encaminhamento de requerimento que trago, à consideração da Casa, fundamentado em Memorial dirigido ao Governo Federal, através ou via Ministério da Fazenda, por todas as entidades classistas representantes desta indústria, que expõem, manipulando dados, trazendo informações, tratando minuciosamente da questão, a situação aflitiva, a situação de carência, a situação já insustentável por que passa esta indústria no Brasil e, em particular, em nosso Estado.

Encaminho o requerimento à consideração da Casa. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, que o Poder Legislativo do Paraná envie expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio, comunicando a situação aflitiva por que passa a Indústria Moveleira do Paraná, reunindo memorial da categoria empresarial, e encarecendo a necessidade de urgentes soluções que permitam a superação da crise no setor.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1978."

Há junto, Sr. Presidente, à guisa de justificativa, memorial encaminhado pelas entidades classistas, ao Sr. Ministro da Fazenda:

"Ex.mo Sr.

Dr. Mário Henrique Simonsen

DD. Ministro de Estado da Fazenda

A AFAM — Associação dos Fabricantes de Móveis do Brasil, o Sindicato da Indústria da Marcenaria de São Paulo, o Sindicato dos Patronais (Estado do Rio de Janeiro), o Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias e Tanoarias da Marcenaria e de Móveis de Junco e Vime de Recife (Estado de Pernambuco), o Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias e Marcenaria de Salvador (Estado da Bahia), o Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias e Tanoarias no Estado de Minas Gerais, o Sindicato da Indústria de Construção e do Mobiliário de Bento Gonçalves (Estado do Rio Grande do Sul), o Sindicato das Indústrias Mobiliárias de São Bento do Sul (Estado de Santa Catarina), o Sindicato da Indústria de Marcenaria, Serraria, Carpintarias e Tanoarias do Espírito Santo, o Sindicato da Indústria de Marcenaria e da Indústria de Móveis de Santo André, e o Sindicato da Indústria de Móveis do Paraná.

Vem respeitosamente à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, expor a difícil situação em que se encontra a Indústria Moveleira Nacional.

#### I — MERCADO NACIONAL

A Indústria Moveleira é um setor característico da indústria nacional, claramente diferenciado:

a) pela utilização de matéria-prima inteiramente nacional, abundante em nosso país;

b) pelo emprego de mão-de-obra direta maciça, atualmente cerca de 175 mil pessoas;

c) pela aplicação de tecnologia conhecida da indústria de bens de capital nacional, que se beneficiaria indiretamente do desenvolvimento da indústria moveleira, e dispensaria importações;

d) pela participação predominante da pequena e média empresa, sendo que das 12.500 empresas do setor, aproximadamente 80% possuem capital inferior a Cr\$ 100 mil e apenas 410 empresas têm capital superior a Cr\$ 1 milhão.

A importância social do mobiliário na residência sobrepõe-se a outros bens de consumo duráveis, merecendo a diferenciação dos critérios genéricos, atualmente aplicados, não só por estarem intimamente vinculados ao programa habitacional popular, que vem recebendo um tratamento especial, mas também pela maior importância social, face ao crescimento de matrimônios num país de população jovem como o nosso.

Embora as perspectivas para os resultados finais do setor nos próximos anos pareçam favoráveis, tendo em vista os indicadores que influenciam o aumento da demanda de móveis — tais como: o rápido crescimento da população urbana, o aumento acelerado de unidades habitacionais populares, a evolução do produto interno bruto e a expansão da renda real "per capita" — é constatada uma acentuada queda na produção e nas vendas do setor, estimada em 9% sobre igual período de 1976, deixando ociosa 30% da capacidade produtiva do setor, ampliada pelos investimentos realizados no período 1972/1976.

Afetado pelas diversas medidas postas em prática pelo governo federal para desaquecimento da economia, o setor foi prejudicado mais violentamente pela redução do prazo de financiamento ao consumidor final dos seus produtos.

O setor, já então frágil, passou a ser pressionado, de um lado pelos distribuidores, que exigem menores preços e maiores prazos, e de outro lado pelos fornecedores de matérias-primas, que forçam a redução dos mesmos.

Esta política está levando o setor a uma séria crise, não só de liquidez, mas também de rentabilidade, comprometendo perigosamente a saúde econômico-financeira das empresas, já tendo levado muitas delas à insolvência, ameaça que permanece e cresce de intensidade na situação atual, quando enfrentamos o primeiro quadrimestre do ano, tradicionalmente de vendas baixas, que encontrará sua grande maioria sem

recursos para ultrapassá-lo.

Sendo o setor moveleiro caracterizado por mão-de-obra intensiva, com a queda sensível da produção, ele está contribuindo para o aumento do índice de desemprego, com consequências não só econômicas mas também sociais. Enquanto que, por outro lado, sua ativação geraria uma imediata absorção de grande contingente de mão-de-obra, compensando, inclusive, outros setores que não apresentam, como o nosso, possibilidade de crescer sem afetar a balança de pagamentos.

## II — MERCADO INTERNACIONAL

Os esforços para diminuir o impacto negativo da queda de vendas no mercado nacional, através do incremento das exportações, vêm se deparando com grandes dificuldades:

a) a pressão dos revendedores no fator preço, força a indústria moveleira, devido a sua fragilidade, a baixar a qualidade de seus produtos, que, conseqüentemente, se distanciam cada vez mais dos padrões mínimos de exportação;

b) a necessidade de reforço da estrutura empresarial da grande maioria das empresas do setor, que enfrentam os riscos gerados por linhas de produtos especiais para exportação.

O incremento das vendas no mercado nacional, com maiores volumes de produção, resultaria em menores preços pela economia de escala, e viabilizaria maior ênfase na qualidade, aumentando grandemente nossa força no mercado internacional.

Em face do exposto, solicitamos a V. Ex.<sup>a</sup> a liberação do prazo de 24 meses de financiamento ao consumidor final de móveis, por ser esta, a nosso ver, no momento a única solução para a grave crise que aflige o setor.

Ammi Poncioni Ferreira"

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Estamos na Semana da Criança. E não se nota nenhum programa especial dedicado à infância.

Num país em que existem 16 milhões de menores abandonados. Num país que deve ter 30 milhões de menores carentes. Não é admissível que os governos federal e estaduais não tenham programas especiais para a infância. Não é aceitável que nenhuma grande cidade, com mais de 100 mil habitantes, não tenha programas de atendimento e desenvolvimento para suas crianças.

O governo fala em 16 milhões de menores carentes, e por carência caracteriza ambigüamente a falta de assistência permanente, a falta de cuidados familiares, a falta de "recursos" econômicos, daqueles filhos de trabalhadores que ganham menos de dois salários-mínimos. Na verdade, fala em menos de Cr\$ 2.000,00 mensais, para diminuir o número de carentes.

Aceitando-se que os filhos de trabalhadores urbanos que recebem menos de dois salários-mínimos são "carentes", teríamos 30 milhões de trabalhadores e seus filhos passando necessidades terríveis, a ponto de se desagregar sua família, pela fome, pela falta de condições fundamentais de sobrevivência.

Se contarmos que, principalmente nas cidades, a falta de recursos leva à desagregação familiar, os menores carentes, nas cidades devem chegar a 30 milhões, em vez de 16 milhões como diz o Governo.

E se é verdade que o problema da desagregação familiar é maior na cidade, não é menos verdade que a assistência médica, educacional e social é menor ainda no interior.

Somos um país de povo pobre e uma oligarquia muito rica.

O que será que os tecnocratas da assistência social chamam de "menor carente"?

Os esfomeados, os subnutridos, os deficientes pobres, os doentes, os subdesenvolvidos do Brasil? Os filhos dos subdesenvolvidos física e intelectualmente, porque subdesenvolvi-

dos alimentariamente, sanitariamente, educacionalmente, socialmente, politicamente.

Os pais são "carentes" de quê? Os filhos são "carentes" de quê?

Os pais têm carência de liberdade política, de organização política e cultural, de previdência social e segurança social, de auto-determinação política e econômica. São carentes de direitos legítimos, conforme suas necessidades.

As mães são carentes de condições de alimentação, de saúde, de educação, de assistência social e segurança.

Os filhos são carentes de comida, de atenção, de convivência social e educacional; de integração e participação na comunidade. São carentes de comida e assistência médica e sanitária; são carentes de programas governamentais.

Enquanto a exploração de alimentos — apesar da demagogia do governo e da SUNAB — se mantém livre. Enquanto a assistência educacional é objeto de manipulação política, que favorece principalmente os privilegiados sociais; enquanto a assistência médica e social é manipulada pelas estatísticas e pela propaganda do governo, 30 milhões de brasileiros permanecem à margem do "milagre brasileiro", explorados pelo milagre brasileiro até na demagogia.

Os pais são explorados e oprimidos pelo Sistema e pelo "Modelo Econômico e Político"; os filhos são objeto demagógico.

Constitui uma afronta a programação dedicada pelas entidades oficiais à criança brasileira nesta Semana da Criança.

Vejamos: muito pouco é feito; e sempre com os olhos para a divulgação demagógica. É preferível que nada se faça para não enganar, para não trair.

Em Curitiba, Capital do Paraná, está sendo programada festa no Centro da Cidade. À espera naturalmente que a televisão, as rádios e os jornais dêem o necessário destaque político ao acontecimento. À criança dos bairros, à criança mesma, nada. Nem sequer o anúncio de programa que não seja a molecagem da animação cultural para transformar tudo em festividade irresponsável.

Por esse país afora, os governos e os responsáveis tentam tapar o sol com uma peneira: festas e engodos com um assunto tão sério.

Porém, até que se mude esse estado de coisas, o que podemos nós fazer, senão protestar? Senão, chamar a atenção para isto?

Permito-me ler trecho da Declaração dos Direitos da Criança, oportunamente publicada pelo jornal "Correio de Notícias". De vivo, poderemos ter uma idéia como nós como signatários daquela declaração vivemos em fraude: o próprio Ministro da Educação substituto afirma que é normal e natural deixar grande número de crianças sem escola; que é normal e normal que a mobralização de adultos ocupe espaço e recursos da educação regular da infância.

E o Ministro do Trabalho, sucedendo a outros irresponsáveis, considere natural as condições de vida dos trabalhadores e o trabalho para menores de 12 anos, que esta legislação infame produziu.

Vejamos alguns tópicos da Declaração dos Direitos da Criança:

"Considerando que os povos das Nações Unidas, na Carta, reafirmaram sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano, e resolveram promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

Considerando que as Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamam que todo homem tem capacidade de gozar os direitos e as liberdades nela estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, com sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra con-

dição."

"Princípio número 2 — A criança gozará proteção especial e ser-lhe-á proporcionada oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na promulgação de leis, visando a este objetivo, levar-se-ão em conta, sobretudo, os interesses superiores da criança."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, que milagre é este, deste País, um dos países de maior território do mundo, um dos países que tem as terras mais férteis do Continente? Que milagre é este, que a fome ronda as portas, entrando pelas janelas dos lares brasileiros? Crianças maltrapilhas jogadas às ruas, crianças morrendo de fome, sedentas por buscarem um lugar ao sol, marginalizadas, esquecidas, crianças que irão nos suceder no futuro estão aí à delinquência, ao crime e à miséria?

Então, há de se perguntar: que País é este, que milagre é este em que o povo não participa, em que o povo não é beneficiado?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eram estas as considerações para este Dia, tão importante para o amanhã, para o futuro!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de registrar a presença neste Plenário, do Sr. Vereador Marcílio de Oliveira, Vereador do Município de Guaraci.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mesmo afônico pelo trabalho às vésperas das eleições, sinto-me no dever de consciência, de brasileiro e de homem público deste Estado, de vir a esta tribuna para que, neste Dia memorável para a História política da Nação brasileira, memorável para a História política e administrativa do nosso Estado, possa eu discordar dos oradores do Movimento Democrático Brasileiro.

Em que pese a dificuldade com que desfilaram pela tribuna desta Casa tentando encontrar argumentos para discorrerem sobre problemas da criança em nosso Estado e em nosso País, inegável foi o pronunciamento do Deputado Valter Pietrângelo, quando citava as obras de concreto e as obras de asfalto do nosso Paraná, mesmo para apedrejar o grande Governo, Governo que é exemplo para toda a Nação brasileira — não se pôde furtar à frase elogiosa de "um Governo de concreto, um Governo de asfalto".

Mas, não vamos falar neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, das grandes obras de Jayme Canet Júnior e do Governo nacional brasileiro, porque os minutos que me são conferidos não são suficientes sequer, para o intróito do meu pronunciamento. Falarei tão somente, do que fez e do que faz o Governo brasileiro e o Governo do Estado, para a criança, neste seu Dia:

Foi pensando na criança do nosso Paraná, que Jayme Canet Júnior, numa singular atitude, adquiriu uma centena de ônibus, dos quais, 50 foram já distribuídos a todos os Prefeitos do nosso Estado, para que a criança possa ir e vir, de sua casa à sua sala de aula, protegida das intempéries e dos acidentes, para a tranquilidade não só da criança mas de seus pais e da família paranaense.

Aproximadamente 300 kombi serão entregues ainda aos Prefeitos; Prefeitos de todos os partidos!

E nenhum dos Srs. Parlamentares houve por bem fazer justiça neste dia. Agradecer em nome de seu povo, também, porque, nos ônibus, nas kombi, nas viaturas, que o Governo dará e já deu, aos Prefeitos, haverão de ser transportados os filhos de pais da Arena, de filhos de pais do MDB.

Mas, o dever de consciência sadia, do espírito democrático e justo faz apenas que o orador da Arena venha lembrar ao povo paranaense e brasileiro, neste dia memorável para a história da criança de nosso Estado.

Falou-se também, através do Deputado, Segundo Secretário da Casa, da dificuldade das salas de aula em nosso Estado. Desconhecerá, porventura, o brilhante Deputado Scarpelini que, neste Estado, se construiu 4 salas de aula por dia, durante todo o período governamental de Jayme Canet.

Quatro salas de aula, por dia, foram entregues, não projetadas! Aproximadamente 5 mil salas de aula foram construídas, Sr. Deputado Scarpelini, meu nobre Colega de Mesa!

Este é o momento para dizer, não para nós, mas em nome da criança do Paraná, "Muito obrigado, Jayme Canet".

Quatro salas de aula, todos os dias, foram entregues às nossas crianças, aos nossos filhos.

Jamais na história política de nosso Estado, em nenhum Estado deste País, em nenhum Estado do mundo, alguém fez mais pela criança do que fez Jayme Canet pelas crianças de nosso Estado!

E como esquecer as obras de assistência social, das APMI, do Instituto de Assistência ao Menor, onde Parlamentares da Arena e do MDB trazem crianças desamparadas, aleijadas, que o destino trouxe ao mundo assim. E nós encontramos o calor humano, a acolhida incondicional e sem partido no Instituto de Assistência ao Menor.

E as Associações de Pais e Professores, quanta ajuda têm levado, através de verbas destinadas por esta Casa, por todos os Srs. parlamentares, não somente da Arena, mas também do MDB.

A Assembléia Legislativa é o exemplo do que disse, em sentido contrário ao que tentou dizer o Deputado Scarpelini, que o Governo faz política com a assistência social. O Governo faz política com a assistência social, sim. Faz através das nossas mãos, dando a esta Assembléia, a todos os Srs. Deputados, por igualdade de condições, verbas para assistência social. E nós as destinamos à nossa livre iniciativa. Fazem politicagem aqueles que querem fazer. A verba é da livre escolha do Parlamentar. E são iguais para todos, como demonstração que politicagem, de parte de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador, não existe.

Existe, sim, política de assistência social por parte da Secretaria de Bem-Estar Social: leite, agasalhos, cobertores, na Secretaria de Bem-Estar Social! Quantos alimentos: farinha, açúcar, arroz, são distribuídos através das Unidades Sanitárias, através das APMIs.

Como esquecer, neste momento, no Dia da Criança, criança que vai à escola, muitas vezes, sem o seu café. Como uma vez, aqui bem perto, para não citar um exemplo distante, uma criança, aluna de uma irmã minha, que era professora no Pietro Martinez, distante duas quadras daqui, todos os dias, a zeladora tirava de seu bolso uma folha de couve, pensando que aquela folha de couve era um lixo que a criança achava na rua e trazia para brincar na sala de aula.

Isso há mais ou menos cinco anos atrás.

E minha irmã, professora, um dia, por curiosidade e pela insistência da repetição da cena da folha de couve no bolso da criança, foi até a criança e pediu uma explicação: "por que, meu filho, você traz todos os dias, essa folha de couve?" E a criança disse: "É a minha merenda que minha mãe me dá."

Venho sem café e quando sinto muita fraqueza, mastigo esta folha de couve cru e como. E qual a escola do nosso Paraná que não tem alimentos gratuitos, doados pelo Governo? Há crianças sem alimentos? Como, neste momento histórico da vida pública e administrativa, esquecer que neste Estado existem salas de aula para todas as crianças do nosso Paraná? E todas recebem alimentos dados pelo Governo, e quando nasce um filho de uma família pobre, a lei do meu Brasil e do meu Estado



permite que, através do atestado de pobreza, fornecido por qualquer delegado de polícia, os cartórios se obriguem a fornecer o registro de nascimento gratuito.

Isso não é atender a criança? Isto não é atender a administração do Estado?

Meus amigos, vamos fazer política, vamos. Mas, vamos no momento oportuno da história administrativa e política do Paraná.

Muito obrigado por ser brasileiro; muito obrigado por terem nossos filhos nascido neste torrão querido; muito obrigado meus colegas. **(Sem revisão do orador)**

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)**. — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Evidentemente, que se nós analisarmos em termos de realizações de Governo, teremos que dar mão à palmatória, e elogiarmos realmente o grande Governo que foi Jayme Canet.

Agora, eu gostaria, neste dia dedicado à criança, de também usar da palavra, porque faço parte de uma diretoria de uma escola que é a Escola do Menor Carente de Londrina, e Deus sabe a dificuldade que nós temos para angariar fundos para manter essa escola, porque chegar numa tribuna, criticar, dizer que o Governo de tudo é responsável é muito fácil. Agora, eu gostaria que se chegasse na tribuna e dissesse: o que que está se fazendo para o menor carente neste Paraná ou neste Brasil? Esse menino que vive pedindo esmola na escola da prostituição e do crime, a mecanização desenfreada da agricultura, expulsando as famílias para as cidades, cidades que não têm uma estrutura adequada através da industrialização, de receber estas famílias, e estas famílias estão morando nas favelas.

Enquanto os bancos, ao invés de criar um programa realmente de amparo à industrialização, com juros baixos, não estiverem esses próprios bancos a fomentar a falência que nós temos, porque cada indústria fechada, cada pai desempregado é um menor desamparado, e isso acontece diariamente.

O próprio Presidente futuro, o Presidente da República, se Deus quiser, o elegeremos daqui a três dias, disse ainda ontem, que me corta o coração quando uma criança estende a mão para mim, pedindo uma ajuda daquilo que eu tenho e que meus netinhos têm em casa. Hoje, a minha filhinha, a caçula, quando eu estava tomando café, ainda me disse: Pai, o Sr. não vai me dar um abraço? Hoje é o meu dia. E eu fiquei pensando, quantos milhões de crianças nós teremos que não têm o abraço do seu pai, porque o pai muitas vezes, está aí arriscando a vida em cima de um caminhão de "bóias-frias" não sabendo nem se volta para casa. Meus amigos, então, realmente, é muito fácil a gente falar e criticar e dizer que o Governo tem que resolver todos os problemas. Nós temos que ajudá-lo a resolver este problema.

Esta escola de que faço parte, que tem inclusive, recebido uma ajuda extraordinária, aliás, a oficina de carpintaria, sapataria, tipografia, cartanagem, datilografia. Todas elas foram doadas pelo Governo Jayme Canet a esta escola. Todo o equipamento foi doado. Agora, aquele menor, depois de ficar, um ano, um ano e meio, dois anos aprendendo a profissão, quanta dificuldade para o próprio empregador, dono de uma indústria, que não acredita no menor, por quê? Porque ele vem muitas vezes de uma família, de um pai que mora na favela. Mesmo ele, profissionalizado, ele não tem o que seria ao "status" necessário para que a indústria, o comerciante tivesse confiança nele.

Então, meus amigos, o problema do menor no Brasil é um problema muito mais complexo. Não é somente dar ajuda. É uma questão de educação, também, daqueles que não têm os seus filhos abandonados e que podem dar empregos a esses menores que aí estão a pedir esmolas.

Como eu disse, nesse desabafo que agora faço, porque eu sinto, junto com a diretoria dessa escola quando nós vamos ven-

der um número de rifa para um jantar ou para uma festa, as pessoas correm da gente, não sabendo que aquele dinheiro, aquela ajudazinha que nós estamos pedindo, é para profissionalizar, para ajudar a construir uma escola para dar amparo e futuro a estes menores.

Então neste dia do menor, no Dia da Criança, eu quero fazer um apelo não somente ao Governo, mas a todos os homens de bem deste país, que se sintam responsáveis realmente, não só pelo menor que ele tem dentro da sua casa, mas pelo menor que está na rua, também.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador)**.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)**. — No horário das lideranças, concedo a palavra ao Sr. Vice-Líder, Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os nobres Deputados que me antecederam, Deputado Quielise Crisóstomo da Silva e Deputado Lázaro Dumont, foram felizes na apresentação do ponto de vista da Aliança Renovadora Nacional, no que diz respeito a atenção que merece a criança da nossa terra, no que diz respeito à educação, ao cuidado que deve ser desenvolvido pelos órgãos públicos e também por seus responsáveis.

Estou feliz nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque ocupo a tribuna no momento em que está sendo realizada a mais significativa cerimônia do ano, no Estado do Paraná. Nesse preciso instante, o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, no Distrito do Rio Bonito, Município de Francisco Alves, está entregando simultaneamente mil salas de aula, no Estado do Paraná.

Este fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deve ser enaltecido, este fato deve ser reconhecido quer queiram quer não queiram, aqueles que muitas vezes apresentam as críticas ao Governo Estadual. Porque isso representa o carinho com que o Governo Jayme Canet Júnior está demonstrando a todas as famílias que aqui vivem e aqui trabalham.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo este registro, ao mesmo tempo em que apresento efusivas congratulações ao Sr. Governador Jayme Canet Júnior, ao Secretário da Educação e Cultura, Eleutério Dallazen e ao Diretor Superintendente da Fundepar, Dr. Guilherme Lacerda Braga Sobrinho.

O SR. PRESIDENTE **(Ivo Thomazoni)**. — Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, sobre se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado, Líder, Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No Dia da Criança eu prefiro falar sobre Polícia, porque é um caso de Polícia o que eu vou abordar.

**(Lê justificativa do requerimento)**

**"JUSTIFICATIVA:**

O pedido de afastamento de um militar do Comando de qualquer unidade, evidentemente não deixa de ser uma intromissão nos assuntos da hierarquia militar. Todavia, o presente caso, refere-se a **sistemática intromissão** daquele militar em assuntos que não compõem o elenco de competência de um honrado comandante de tropa. Ramalho Rodrigues Ayres Filho, tem criado condições no Sudoeste não apenas para uma visível incompatibilidade com a CAUSA DA JUSTIÇA, mas levado a corporação militar ao descrédito e como consequência estimulado as arbitrariedades policiais na região.

Historiemos alguns fatos para verificar-se a extensão do arbítrio e da prepotência que orientam aquele militar, além do desrespeito para o Poder Judiciário e sua parcial conduta como Comandante do 3.º BTL.

Por ordens expressas do Comando, policiais do 3.º BTL têm cometidos atos que não competem à Polícia Militar, pois estão interferindo em assuntos "sub judice" na esfera civil, para dar proteção a uma das partes, prejudicando assim a outra.

Os documentos incluídos, sinteticamente evidenciam que sob o comando do Ten. Cel., no dizer do MM. Juiz de Direito de Coronel Vivida, "TEM FAMA DE FAÇANHUDO" e além disso se "TEM O DESPLANTE DE AGRAVAR JUÍZES E DE DESACATAR ADVOGADOS NO REGULAR EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES O QUE NÃO PODERÁ FAZER CONTRA HUMILDES LAVRADORES?". Como dizíamos, os documentos evidenciam que as arbitrariedades da Polícia, favorecem os proprietários de grandes empresas para espoliarem humildes lavradores. (doc. n.º 1).

Todavia, as arbitrariedades do Ten. Cel. não são apenas contra humildes lavradores, são contra juízes e advogados. Os documentos que compõem o elenco dois, evidenciam que referido militar determina ilegalmente a prisão de advogados e quando HONRADOS E DIGNOS BACHARÉIS DO SUDOESTE, impetram pedidos de "Habeas-Corpus", são vilipendiados e difamados pela imprensa escrita e falada, sempre através de "NOTAS DE ESCLARECIMENTO" do Comando do 3.º BT, que na verdade nada esclarecem, mas tecem opiniões do "façanhudo comandante" como a que saiu no Estado do Paraná, edição de 30/09/78, pág. 11, em que picha os treze advogados subscritores do pedido de "habeas-corpus" preventivo para um colega, como "advogados mal-intencionados".

Até a imprensa nacional já destacou a ousadia e prepotência do arbitrário Comandante, quando exigiu explicações do Ex.º Sr. Dr. Juiz de Direito de Chopinzinho e em ofício, difamou honrados advogados, um deles, Dr. Jacinto Simões, brilhante membro deste Parlamento, valendo um desagravo público da OAB — Seção do Paraná, publicado na imprensa estadual, conforme documentos do pacote n.º 3.

Mas o que de mais grave acontece é o desrespeito do "façanhudo comandante" com a Justiça. Pelos documentos do elenco 4, nota-se que referido militar compareceu à cadeia pública de Chopinzinho e determinou aos réus, presos por ordem judicial, que podiam ir embora bem como pressionou testemunhas para comparecerem em juízo **desmentir** depoimentos, valendo-lhe um inquérito judicial naquela Comarca, pedido pelo Promotor Público.

Todavia, o mais grave é que o Ten. Cel. Ramalho, não tem isenção de ânimo para ser imparcial nas funções de Comandante do 3.º BT, e agora com a efervescência da campanha política, temos receios de que a parcialidade e arbitrariedade prepotente do militar se encespe contra os partidários e simpatizantes do Movimento Democrático Brasileiro.

Digo isso, lendo a íntegra de uma nota do Jornal "FOLHA REGIONAL", de Pato Branco, em que cita: "a presença do Comandante do 3.º BT" num encontro arenista realizado na Câmara Municipal de Pato Branco, com a presença de candidatos e em cuja reunião RAMALHO não só participou mas até deu discurso.

Ora, a partir do momento em que um comandante de tropa, torna lugar em palanques políticos e mais, que tal comandante tem destempero em suas atitudes, é vezeiro e useiro na prepotência contra Juízes, advogados e Promotores, é fácil deduzir o que fará com os seus adversários políticos.

Assim, o afastamento sumário do Comandante do 3.º BT é medida de efeito disciplinar não só recomendável, mas que visa preservar o bom nome da corporação militar e impor um cunho de imparcialidade e estrito cumprimento do dever legal da autoridade policial, na região sudoeste do Estado.

Finalmente, lamentamos e lamentamos profundamente que tenha um CIVIL, que pedir a **punição disciplinar** de um militar, pois dois pesos e duas medidas parecem orientar agora a "hierarquia militar" porque os que "falam pro governo não laureados" e os que com altivez e patriotismo pedem a volta aos quartéis, o fim da "espionagem telefônica e combate à corrupção e ao entreguismo ao capital estrangeiro" são sistematicamente punidos."

Sr. Presidente, se continuar o horário, pediria que passasse a palavra ao Sr. Deputado Manoel Gaona, que tem um breve comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Por cinco minutos, concedo a palavra ao Sr. Deputado Manoel Gaona.

O SR. MANOEL GAONA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós ouvimos há pouco, do Deputado que nos antecedeu, Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que realmente, tendo atestado de pobreza, consegue se registrar os filhos dos pobres.

Mas, isso só se acontecer em Curitiba, porque no Interior do Estado, existem vários preços, e cada Cartório faz aquilo que mais deseja e que é da sua vontade.

Também ouvimos, deste Deputado, que, realmente, a merenda escolar é farta em todas as escolas do Paraná. Nós sentimos que, em parte, pode ser verdade. Mas, na nossa região, as professoras vivem mendigando, fazendo listas para poderem manter a merenda escolar de suas escolas.

Também somos de opinião contrária. Nós sabemos que se o pai do aluno, se a mãe do aluno, ganhassem o suficiente, tivessem os seus salários compensativos, não precisariam dar merenda escolar a estas crianças.

Portanto, o Deputado é consciente que, no Brasil, 70 ou 75% das crianças que vão à escola, vão sem alimento. Queremos, neste instante, nos congratular com o Deputado Lázaro Dumont, que diz que batalha numa escola em Londrina, que ao vender as suas rifas, o povo corre, desiste da ajuda.

Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Ex.ª me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Manoel Gaona, ouvindo o discurso que V. Ex.ª fez com referência ao atestado de pobreza, que talvez só acontece em Curitiba, é preciso que se faça acontecer em todo o Paraná. Na minha região, é respeitado, pois sabemos que existe uma multa para registro fora do prazo. Juntando o atestado de pobreza, é de lei que não se cobre aquela multa. E, nos cartórios, onde tenho caminhado como Serventuário que sou, estão respeitando o regimento de custo também para os registros lá, naquela região.

Então, é preciso que se denuncie onde não estiver funcionando, porque o pobre ou a pessoa carente, que precisa de registro, precisa ser atendido. Não pode ficar sem registro, principalmente aqueles que vão fazer a inscrição na APMI, através da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de minha região, onde encaminho as crianças para registro nos cartórios. E tem recebido atendimento, à vista é claro, de uma complementação, de pedidos ou das campanhas.

A APMI, em vários municípios, recebe uma ajuda do Governo do Estado, recebe o leite, recebe medicamentos, e há uma complementação para melhor atendimento nos municípios e são dedicados às senhoras, geralmente a esposa do Prefeito assume a Presidência da APMI e, na realidade, existe campanha — e é preciso que exista, precisa colaboração de todos, a participação do Governo mais a participação da comunidade neste atendimento.

Muito obrigado.

O SR. MANOEL GAONA GARCIA — Agradeço ao Deputado Gilberto Carvalho; mas conhecemos escolas que receberam apenas 50 quilos de merenda este ano para mais de cem alunos, e a professora se bate dia a dia, com listas, inclusive, para a festa do dia de hoje, "Dia da Criança", a lista rodava na cidade.

E nós queríamos também dizer que em Nova Esperança não se faz registro de graça. Não temos conseguido. Conseguimos atestado e nós políticos, agora, na época, somos procurados pelos pais para pagarmos a diferença, às vezes, que é vergonhoso para o nosso País, porque o cidadão tem que ter seus documentos, seu registro.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na realidade se



inauguraram muitas salas de aula no Paraná, mas nós sabemos que os filhos daqueles que ganham menos de dez mil cruzeiros por mês, eles só chegam ao oitavo ano porque tem que trabalhar; porque as faculdades, as universidades, os cursos superiores eles não podem fazer, têm que trabalhar para ajudar o sustento de seus pais.

Portanto, é lamentável. Hoje é o "Dia da Criança", é hoje o dia da festa e no Brasil, para a criança, não tem festa, porque nós estamos numa época que até o médico já não pode fazer festa para a sua família.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 71/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 39/78, ex-Proposição n.º 125/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Assaí, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Audi Mentor Couto Melo, ocorrido em Fortaleza. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Federação de Futebol, sugerindo seja expedida nota oficial por aquela entidade, no sentido de esclarecer que o atleta Dirceu Krueger foi lesionado em partida de futebol realizada há mais de 10 anos e que o lance que vitimou o jogador Valtencir foi inteiramente casual, a fim de dirimir dúvidas quanto aos fatos narrados em programa de televisão de grande audiência nacional. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Faculdade de Direito de Curitiba, ao Diretório Acadêmico Clotário Portugal e ao Acadêmico Adelino Marcon, por ter conquistado o 1.º lugar no Concurso Nacional de Oratória, realizado em Belo Horizonte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo no sentido de ser determinada à Secretaria da Administração, estudos visando a construção de prédio destinado a um teatro na cidade de Paranaíba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e

Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica do Município de Tuneiras do Oeste, a estrada que liga Maringá a Umuarama, BR-86, passando pelo Distrito de Marabá, no referido município. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da Educação e Cultura, e da Justiça, Presidente da O.A.B. e da C.B.D., sugerindo-lhes, em razão da violência que vem imperando na prática do esporte, e, principalmente no futebol, sejam procedidos estudos para a atualização de nossa legislação penal, visando reprimir os crimes contra a pessoa, praticados durante competições esportivas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que determine a construção de uma unidade escolar na localidade de Itaperiussu, em Rio Branco do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inserção nos Anais da Casa, do texto de apresentação de Guilherme Figueiredo, constante do convite da Fundação Cultural de Curitiba e Aliança Francesa, comentário à mostra inaugural de "desenhos originais de humoristas brasileiros sobre o tema ecologia." — **Aprovado.** — (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Saúde, bem como ao Sr. Superintendente da SUCAM e Diretoria Regional do mesmo órgão no Paraná, em forma de apelo, no sentido de que permaneça na cidade de Cascavel a sede do Distrito da SUCAM, tendo em vista que a nova divisão, sediou o Distrito em Foz do Iguaçu e rebaixou Cascavel para simples Posto. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a remessa de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, encaminhando a carta enviada pelo Sr. Oscar Batista de Oliveira, denunciando arbitrariedades, violências e corrupção, praticadas por integrantes do quadro de fiscais da Prefeitura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam efetuados estudos sobre a viabilidade da mudança do projeto já aprovado, para que a pavimentação atinja Marabá ou a inclusão em futuro plano, do acesso da rodovia que liga Tuneiras do Oeste a Tapejara. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo o seu empenho no sentido de que sejam canalizados para a FECIVEL, os recursos provenientes das taxas de exames psicotécnicos realizados para concessão de Carteiras de Motoristas da região oeste do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, contendo votos de congratulações, alusiva à data comemorada ao "Dia do Engenheiro Agrônomo". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, consubstanciado em apelo no sentido de ser determinado ao DASP, o imediato cumprimento da decisão normativa do Tribunal de Contas da União, com relação ao reajustamento dos proventos de inatividade dos servidores amparados pela Lei n.º 1.050/50. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, lido da tribuna, solicitando que o Poder Legislativo do Estado envie expediente aos Srs. Ministro da Fazenda e da Indústria e Comércio, comunicando a situação aflitiva por que passa a Indústria Moveleira do Paraná, reunindo memorial da categoria empresarial e encarecendo a necessidade de urgentes soluções que permitam a superação da crise no setor. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Seria possível, Sr. Presidente, a leitura na íntegra do requerimento ora em discussão?

(É procedida a leitura do requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em discussão o requerimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — De conformidade com o Regimento Interno, art. 150, adia-se para próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando expressa manifestação do Plenário, no sentido de ser enviado ao Comando da Polícia Militar do Estado, pedido de afastamento do Ten. Cel. Ramalho Rodrigues Ayres Filho, do Comando do 3.º BT, sediado em Pato Branco. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, de acordo com o Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade ao Senador Franco Montoro, pela emenda constitucional apresentada com vistas a restabelecer, de imediato, as eleições diretas para Governador do Estado e para Senador. — Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere. Será procedida a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

3 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação, nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 141/74, 106/77, 24, 36, 41, 42, 48, 49, 60, 63, 74, 82, 96/78 e de Resolução n.ºs 56 e 72/78.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 55, 107, 108 e 167/77, e 54, 73, 93, 94, 97, 98 e 120/78.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 161 e 180/77, 26, 30, 55, 85, 90, 91, 95, 99 e 101/78 e de Resolução n.º 36, 45, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 98, 105, 62, 63, 64, 67, 79 e 80/78.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 120/74, 142/76,

11, 22, 44, 78, 110, 122, 123, 127 e 129/78.

Levanta-se a sessão.

**Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Paulo Camargo, em 12 de outubro de 1978.**

#### "A CARICATURA DA POLUIÇÃO"

Guilherme Figueiredo

Na sala do diretor da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o crítico, acadêmico e professor ilustre Afrânio Coutinho, existem duas obras-primas afixadas na parede, cartazes de enfeite e objetos de veneração e memento: uma é o diabólico desenho de Millor Fernandes sob o título **A poluição semântica**, isto é, o ar empestado da tolice humana que vai do cientifiquês aos televisês; outra é a foto de Carlitos, que se fez caricatura do próximo e de si mesmo para melhor corrigi-los e amá-los.

A caricatura não é arte menor e desprezível, quase um **grafitti** assinado, devia estar em lugar conspícuo nos lares e nas repartições, como aqueles bobos que os reis colocavam atrás de si para puxá-los pelo gibão e recomendar-lhes sempre que se lembrassem, que também são homens. Não conheço melhor legenda de caricatura do que o dístico dos cemitérios: "**Revertere ad locum tuum**". Mas também acho: quanto melhor a caricatura, de menos palavras precisa. É uma pantomina gráfica. E esta foi uma técnica evoluída dos desenhos de longas legendas do **Punch** e do **Charivari** do século passado à brevidade de traço de um Steinberg, de um Charles Addams, de um Daumier, de um Gavarni, de um Caran d'Ache, de um J. Carlos, de um Álvaro, de um Peter Arno, de um Henfil, um Raúl, um Nássara, um Ziraldo. A caricatura deve ser uma mensagem analfabeta para explodir o riso perverso sem palavras. É uma arte que se tornou bem brasileira.

Na sua ferocidade desrespeitosa, é uma arte respeitosa: se hoje olharmos as caricaturas que perseguiram Pedro II, Pinheiro Machado, o Marechal Hermes, Rui Barbosa, Getúlio Vargas, já não descobriremos porque esses homens haveriam de se entristecer e ficar zangados com tais zombarias. Afinal de contas, a caricatura ilustra o caricaturado, quem jamais o foi, é um anônimo. E é, em muitos casos, uma arte de circunstância: o capitalista de charuto à boca, símbolo do sibaritismo egoísta, das caricaturas dos cartazes da Revolução Soviética, já hoje não têm graça alguma: nos países socialistas é moda fumar charutos obrigatoriamente importados de Cuba. Mas, ainda assim, é uma "arte secreta da liberdade", no dizer de Herman Lima.

E como a usamos! Aí está um exemplo, essa exposição que a Alliance Française recolheu, prova escrita sob uma matéria dada justamente a Poluição, que inspirou o desenho de Millor com galas de gabinete diretorial. Seus autores possuem em comum o riso tornado didático — o terrível riso devastador, única poluição sadia mas ainda utópica. Arte que só pode ser exercida por democratas, reúne no Brasil de hoje um bom punhado de maliciosos de traço rápido e certo. Suas penas de flechas, suas tintas são o curare, e seus alvos têm a propriedade de não morrer: apenas ficam nus. Mas de uma nudez flagrante, insuportável, imperdoável. E, debaixo do apupo e da vergonha, tratam de ser diferentes do que eram, tratam de fugir à caricatura. Se o conseguem, bravos! — ganhou a Pátria, ganhou a Humanidade; se não o conseguem, ganhamos pelo menos o riso.